

## Atos Oficiais

### Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires

**PORTARIA Nº. 36.026, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023.** NOMEAR MICHEL COSME PEDROSO DE CASTRO, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 35.081.176-3 e CPF nº. 337.180.898-07, para exercer em comissão o cargo de Assessor de Gabinete II, lotado na Secretaria Chefe de Gabinete do Prefeito, a contar de 20 de Outubro de 2023. Processo nº. 5233/2023

---

### Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual da Estância Turística de Ribeirão Pires

#### RESOLUÇÃO COMADS 001 de 15 de janeiro de 2024

Dispõe sobre a criação de comissão eleitoral para a eleição de membros do COMADS.

CONSIDERANDO a Lei Municipal 6.109 de 01 de setembro de 2016 que institui o Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 6.830/2018 e a resolução do COMADS nº 004/2020 que aprovam e regulamentam o Regimento Interno do Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual – COMADS;

#### Resolve:

1. Criação da Comissão Eleitoral que coordenará os trabalhos da eleição dos membros representantes da Sociedade Civil do Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual de Ribeirão Pires para o biênio de 2024/2025.
2. A comissão será constituída por:
  - I. Wagner Soares de Lima, representante da sociedade civil, inscrito no CPF: 127.477.838-71
  - II. Elisangela dos Santos Moura, representante do poder público, inscrita no CPF: 354.110.968-80
3. Esta resolução entra em vigor à partir da data de sua publicação.

**RAFAEL VENTURA**  
Presidente do COMADS

#### **LEI Nº 6.935, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023**

**Institui no Município, o Projeto Guardiã Maria da Penha, por meio de convênio celebrado com o Ministério Público do Estado de São Paulo, e dá outras providências.**

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art.1º** Fica instituído o Projeto Guardiã Maria da Penha, voltado à proteção de mulheres em situação de violência, por meio da atuação preventiva e comunitária da Guarda Civil Municipal de Ribeirão Pires.

**Parágrafo único.** A aplicação das ações de base do Projeto Guardiã Maria da Penha será realizada pela Guarda Civil Municipal de Ribeirão Pires, de forma articulada com o Ministério Público do Estado de São Paulo.

**Art.2º** São diretrizes do Projeto Guardiã Maria da Penha:

- I – Prevenir e Combater a violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial contra as mulheres;
- II- Monitorar o cumprimento da legislação vigente que garante a proteção das mulheres, assim como a responsabilização dos agressores/autores de violência, e
- III – Promover o acolhimento humanizado e orientação às mulheres em situação de violência, por guardas civis

comunitários devidamente capacitados, bem como realizar o encaminhamento aos serviços da rede de atendimento especializado, quando necessário.

**Art.3º** O Projeto Guardiã Maria da Penha será aplicado pela Guarda Civil Municipal.

**§1º** A coordenação, o planejamento, a implementação e o monitoramento do projeto dar-se-ão de forma articulada entre a Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social, Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil e o Ministério Público do Estado de São Paulo.

**§2º** A operacionalização das ações do Projeto, a partir do planejamento mencionado no §1º deste artigo, será realizado pela Guarda Civil Municipal de Ribeirão Pires.

**§3º** Caberá à Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil definir as diretrizes para o atendimento às usuárias do Projeto, em consonância com as referências e normas vigentes para atendimento às mulheres vítimas de violência.

**§4º** Caberá a Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil prover o apoio técnico-administrativo e os meios necessários ao funcionamento do Projeto.

**§5º** A participação nas instâncias de gestão será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

**Art.4º** O Projeto Guardiã Maria da Penha será executado através das seguintes ações:

**I** – Identificação e seleção de casos a serem atendidos, pelo Ministério Público da Comarca;

**II** – Visitas domiciliares periódicas e acompanhamento pela Guarda Civil Municipal de Ribeirão Pires;

**III** – verificação do cumprimento das medidas protetivas deferidas e adoção das medidas cabíveis no caso de seu descumprimento;

**IV** – Encaminhamento das mulheres vítimas de violência para os serviços da rede de atendimento e para o serviço de assistência judiciária da Defensoria Pública do Município de Ribeirão Pires, se necessário;

**V** – Capacitação de forma contínua de guardas civis municipais envolvidos no Projeto, e

**VI** – Realização de estudos e diagnósticos para o aperfeiçoamento e atualização das políticas públicas de segurança, que busquem a prevenção e o combate à violência contra as mulheres.

**Parágrafo único.** Os encaminhamentos previstos no inciso I do “*caput*” deste artigo ocorrerão mediante a celebração de convênios, termos de cooperação, termos de parceria, ajustes ou instrumentos congêneres com o Ministério Público da Comarca.

**Art.5º** Para a execução do Projeto Guardiã Maria da Penha poderão ser firmados convênios, contratos de repasse, termos de cooperação, ajustes ou instrumentos congêneres com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios, bem como consórcios públicos e entidades privadas.

**Art.6º** As despesas decorrentes da implementação do Projeto Guardiã Maria da Penha correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil.

**Art.7º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 12 de dezembro de 2023 - 309º Ano da Fundação e 69º da Instalação do Município.

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**SANDRO TORRES**  
Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil

**MARISA REINOSO DE ABREU**  
Secretária de Assistência, Participação e Inclusão Social

Processo Administrativo nº 3548/2023-PMRP.  
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

#### **LEI Nº 6.952, DE 05 DE JANEIRO DE 2024**

**Altera cláusula do Termo de Convênio anexo a Lei nº 5.988, de 22 de junho de 2015, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a APRAESPI, visando a prestação de serviços de saúde especializados, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e dá outras disposições.**

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art.1º** A cláusula 11.1, do Termo de Convênio anexo a Lei nº 5.988, de 22 de junho de 2015, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a APRAESPI, visando a prestação de serviços de saúde especializados, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e dá outras disposições, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“11.1. O presente Convênio terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, após justificativa e autorização, por Termo Aditivo, por igual período, respeitado o limite máximo de 60 (sessenta) meses.”**

**Art.2º** Esta Lei entra vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 05 de janeiro de 2024 - 310º Ano da Fundação e 70º da Instalação do Município.

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**CLOVIS VOLPI**  
Secretário de Saúde e Higiene

Processo Administrativo nº 7566/2014-PMRP.  
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE JULGAMENTO: A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI de Ribeirão Pires**, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.337/99 faz saber que no dia 17/01/2024 às **17:30 horas na Rua João Duarte nº 56, Centro– Ribeirão Pires / SP**, serão julgados os recursos interpostos contra penalidade de trânsito imposta pela Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, na seguinte ordem: 125, 126, 127, e 128/2023. Ribeirão Pires, 16 de janeiro de 2024. Nélio José da Silva- **PRESIDENTE DA JARI**.